

# Melhora o ar na balada

## Lei antifumo reduz nível de CO

**Antes da nova legislação, ambientes fechados registravam** quantidade do poluente semelhante à de vias de muito trânsito, como a Avenida Paulista. Agora concentração caiu em 50%, considerada ideal por entidades ambientais

**FERNANDA ARANDA**

fernanda.aranda@grupoestado.com.br

Trinta dias de vigência da lei antifumo trouxeram algo de novo à atmosfera das casas noturnas paulistanas. A reportagem comparou, antes e depois da legislação que proibiu o uso do cigarro entrar em vigor, a concentração de um dos poluentes mais nocivos do tabaco, o monóxido de carbono (CO), no ar de três casas noturnas – Vegas, Sarajevo e Funhouse, todas no centro. Por meio de um aparelho especializado – monóxímetro – foi atestada redução do

CO em mais de 50%. O padrão de ar encontrado nos locais passou de “contaminado” para “ideal”, segundo as agências ambientais.

A lei antifumo entrou em vigor em 7 de agosto. Antes dela, a reportagem encontrou índices de CO nas boates parecidos com o de vias de tráfego movimentado, como a Paulista, entre 10 e 14 ppm (parte por milhão). Anteontem, porém, no mesmo horário de visita (entre 23h30 e 0h30), a marca máxima ficou entre 5 e 6 ppm. “Índices de até 5 ppm são considerados ideais. Vamos estudar os efeitos dessa redução, mas a expectativa é de diminuição de doenças

cardíacas”, afirma a pneumologista do Ambulatório do Tabagismo do Instituto do Coração (Incor) Jaqueline Isa, que avalia a qualidade ambiental pré e pós lei antifumo em 840 bares e boates de São Paulo. Os resultados devem ficar prontos no final do ano.

### Segundo ONG, banimento do cigarro traz redução de 15% de ataques cardíacos

Por ora, nenhum estudo brasileiro foi concluído sobre a lei antifumo, mas publicações feitas em

países que adotaram normas parecidas com a de São Paulo mostram que a qualidade ambiental dos bares melhora em até 83% e a concentração de substâncias tóxicas na saliva dos garçons, em 86% (veja quadro abaixo).

“Dados internacionais mostram que o banimento do uso do cigarro em ambientes fechados traz redução de 15% de ataques cardíacos”, afirma Mônica Andreis, vice-diretora da Aliança Contra o Tabagismo (ACTbr), ONG que também estuda a legislação de São Paulo.

Paulo Afonso de André, do Labo-

## ESTUDOS INTERNACIONAIS

➤ **Paris:** Estudo publicado em 2008 pelo Instituto Nacional de Prevenção à Saúde e o Observatório de Qualidade do Ar de Paris. Após um mês de proibição do tabaco em ambientes fechados, os médicos constataram diminuição de 15% nos casos de enfarte

➤ **Escócia:** Pesquisa realizada em 2007 pelo Instituto de Medicina Ocupacional. Os médicos coletaram a saliva de 371 trabalhadores de 72 bares de três cidades, entre elas Edimburgo. A medição foi realizada duas vezes. A primeira, sem a vigência da lei antifumo em ambiente interno e a segunda, dois meses depois. Nos não fumantes, a concentração de cotinina (um marcador do tabagismo) caiu 51%; nos fumantes, caiu 12%

➤ **Boston:** Estudo publicado em 2006 pelo Departamento de Saúde Pública da cidade americana. A qualidade do ar de seis pubs foi aferida antes e dois meses após a vigência da lei que proibiu o uso do cigarro em ambiente interno. A concentração do poluente hidrocarboneto diminuiu de 179 mg/m<sup>3</sup> para 7,7 mg/m<sup>3</sup>

➤ **Nova York:** Pesquisa divulgada em 2004 pelo Departamento de Saúde Pública da cidade. No total, 104 trabalhadores não fumantes de bares foram acompanhados aos três meses, seis meses e um ano após a adoção da lei antifumo em locais fechados. Sessenta e oito deles concluíram o estudo. A reclamação de problemas respiratórios diminuiu 88%

ratório de Poluição da USP, outra entidade que pesquisa sobre a lei antifumo, também cita dados do exterior.

"A expectativa para São Paulo deve levar em conta que o cigarro é um grande vilão, mas não o úni-

co. Ainda existe a poluição dos carros (*na porta das baladas pesquisadas no sábado, o índice de CO chegou a 10 ppm*) e casas mal planejadas em que a fumaça tóxica das cozinhas se espalha para os ambientes", pondera ele.

## Efeito colateral

Ainda que a comunidade médica festeje boas novas trazidas pela lei antifumo paulista – que já inspirou os governos de Norte a Sul do País –, existem "efeitos colaterais" creditados à legislação.

Alguns estabelecimentos adotaram medidas truculentas contra fumantes, como o confisco de maço de cigarros na entrada. Fiscais caça-fumaça já foram agredidos (*em Araraquara, no interior, dois agentes apanharam na semana passada*).

Marcus Vinicius Rosa, diretor da Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi), estima diminuição de faturamento de até 30% em casas noturnas.

São os proprietários dos estabelecimentos que recebem multas de até R\$ 1.585 em caso de infração, valor que dobra na reincidência. No quarto flagrante, há suspensão de atividades por 30 dias. A Secretaria de Estado da Saúde diz que a taxa de cumprimento da lei está em 99%.

Evandro Lopes, gerente da casa Funhouse, confirma a adesão. "No início, tínhamos clientes fumando no banheiro, mas agora está tranquilo." **Leia mais na pág. 4a ::**

## Fumo já estava vetado na maioria das matinês

 A lei antifumo passou despercebida nas matinês, que já proibiam o uso de tabaco antes mesmo da nova regra. Além disso, desde 1990, os menores nem sequer podem comprar cigarro. "A nossa geração já vai para balada sem poder fumar no local. É natural", afirma Marina Brihy, de 12 anos.

Segundo o Ministério da Saúde, 14 anos é a idade média para a primeira tragada introduzir a pessoa ao vício do cigarro. Evitar a dependência precoce é uma das bandeiras levantadas pelos especialistas ao defender a lei antifumo, em vigor há um mês no Estado. Gabriel Tofoli, de 14 anos, explica como as baforadas na matinê poderiam incentivar a curiosidade para o adolescente

fumar. "Os meninos acham que vão ficar com cara de mais velhos com o cigarro na mão para conquistar as meninas."

Ontem, na porta da matinê S4F (ou Saturday for Fun), na Vila Olímpia, zona sul, eram poucos os que seguravam o cigarro, na fila de mais de dois quarteirões que se formou na porta. A reportagem contou oito "fumantes mirins". Diego, Nicolas e Mateus, todos de 14 anos, estavam sentados e degustando mentolados. Os sobrenomes não foram ditos porque os pais dos garotos não sabem que eles fumam.

Mas a meninada não está imune à sedução e nem às facilidades de conseguir tabaco. Bruno, de 16 anos, comprou um maço de cigarro na padaria ao lado da matinê, sem o menor questionamento, ainda que a legislação proíba a venda do produto para menores de idade desde 1990, legislação que nunca foi cumprida.

# Fumante resolve acabar com vício

**TATIANA PIVA**

tatiana.piva@grupoestado.com.br

Se nos primeiros dias que a lei anti-fumo entrou em vigor a reação dos fumantes era de indignação e revolta, ao completar um mês eles já demonstram maior aceitação e até sinais de mudanças.

Acostumado a tragar pelo menos um maço de cigarros por dia, o arquiteto Antônio Carlos Júnior, 33 anos, nunca teve a intenção de parar de fumar. Mas ao se deparar com todas as dificuldades que teria de enfrentar para continuar, tomou uma atitude radical. Há um mês parou de fumar.

“Não parei porque não gostava de fumar. Me dá muita vontade.” Além disso, voltar a praticar esportes e corrida o incentivaram a tentar. E conseguiu.

Os amantes da música tentam

se acostumar com o fato de terem de assistir a um show de rock, por exemplo, sem o bom e velho cigarrinho. “O prazer está na mistura entre a música e o cigarro”, explica a locutora Joana Ceccato, 38 anos. Mas ao mesmo tempo que ‘sofre’ para aprender a curtir os shows de rock sem cigarro, Joana

## Show de rock sem a companhia do cigarrinho é um desafio para locutora

considera a lei um avanço para a cidade. “Isso vai evitar que os jovens aprendam a fumar desde cedo. É cultural, logo nos acostumamos. Estou até fumando menos.”

Outros não diminuíram. “A única coisa é que dou uns passos a mais e vou para o lado de fora do

local. Não me incomoda”, diz o analista de sistemas Rodrigo Fernandes, de 28 anos.

Os donos das bares garantem que não tiveram problemas. “Não tive problemas com clientes revoltados, desobedientes à lei, pelo contrário, fiquei surpreso com o respeito e a aceitação”, diz Wagner Alves Cunha, gerente do Bar Botequeira, na Pompeia.

“Quando chego no lugar já pergunto como é que funciona. Cada local tem as regrinhas a serem seguidas. Mas fumar menos não consigo”, diz Maurício Bortoloto, 26 anos, analista de sistemas. Mas seu amigo Leandro Schneider, 25 anos, reclama: “Não fumo e meus amigos são fumantes. É um saco. Em todos os lugares que vamos agora, eles saem e eu tenho que ficar sozinho esperando”. ::

## ADAPTAÇÃO

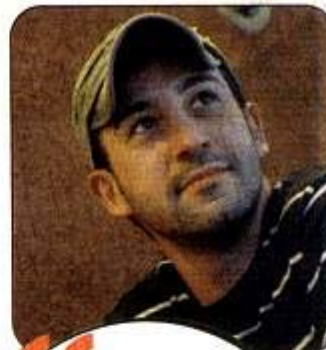


FOTOS: FERNANDO BORGES/OLIVEIRA



“Não parei porque não gostava de fumar (mas por causa da lei). Me dá muita vontade”

**ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR,**  
ARQUITETO



“A única coisa que mudou (com a lei) é que dou uns passos a mais e vou para o lado de fora do local (fumar)”

**RÓDRIGO FERNANDES,**  
ANALISTA DE SISTEMA



“Isso (lei antifumo) vai evitar que os jovens aprendam a fumar”



“Não tive problemas com clientes, pelo contrário, fiquei surpreso com o respeito e aceitação”



## Cigarro proibido

# Sem exceções à lei antifumo

**Secretário afirma que governo não flexibilizará restrição, mas não irá torná-la mais rígida**

**BÁRBARA SOUZA**

barbara.souza@grupoestado.com.br

Chefe da pasta que agrega as ações voltadas à defesa da cidadania e dos direitos humanos e ao cumprimento da Constituição, o secretário estadual da Justiça, Luiz Antônio Marrey, afirma que a sociedade paulista estava "pronta, madura e tinha uma aspiração efetiva em relação às restrições" ao cigarro, em vigor há um mês.

A lei foi aprovada em maio, mas ainda não foi definido o que será feito com o dinheiro arrecadado com as multas. "Acredito que seria razoável se pudéssemos utilizar esse dinheiro seja para aparelhar os órgãos de defesa do consumidor, seja na área da Saúde, porque não há finalidade de fazer renda para o Estado."

No balanço divulgado em 24 de agosto, 20.103 estabelecimentos haviam sido visitados pelos fiscais. Oitenta e cinco resultaram em autuações – nem todas, porém, viram multa. "Menos de 1%

foi autuado. Isso mostra que a lei está sendo cumprida." Ele diz também que não haverá exceções, mas também que a lei não vai se tornar mais rígida. Abaixo, trechos da entrevista.

**Condomínios e empresas privadas podem impedir a entrada dos fiscais da lei antifumo?**

A rigor, não podem. E é evidente que o fiscal não vai forçar a barra. Mas se isso acontecer obteremos um mandado judicial.

**Como condomínios e empresas vão identificar os fiscais?**

O fiscal tem de apresentar a identidade funcional. Não é chegar lá, com colete, e dizer: 'eu sou fiscal'. Tem de apresentar identidade funcional. Se houver dúvida, o condomínio ou empresa devem ligar para o Procon e a Vigilância.

**O que o senhor acha da afirmação de especialistas em recursos humanos que os fumantes serão preteridos em seleções de emprego, conforme o JT noticiou na segunda-feira passada?**

Não sou especialista em RH, mas eu acho que não deve existir essa discriminação. Não acho razoável que um bom profissional seja discriminado porque fuma. Sou



**Não há nenhum plano de alterar o texto da lei e o fumódromo está abolido em todo o Estado"**

**LUIZ ANTÔNIO MARREY,**  
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

absolutamente contra esse tipo de discriminação.

**Críticos dizem que a lei fomenta o preconceito...**

Cada um é livre para saber se quer ou não expor a sua saúde a risco. Dizem que a lei fere a liberdade individual. Isso é uma bobagem, porque não existe liberdade individual de causar mal a terceiros.

**O parecer da Advocacia Geral da União (AGU) contrário à lei pode influenciar o Supremo Tribunal Federal (STF)?**

É um parecer que preferíamos que não tivesse havido, mas é só um parecer. Com todo respeito,

ele ignora o texto dos votos dos ministros do Supremo referentes ao caso da lei estadual que proibiu o amianto. Lá, temos votos expressos no sentido de que o Estado poderia legislar de maneira mais severa em defesa da saúde pública. Ao STF caberá dar a última palavra, mas temos convicção de que ela é constitucional, representa a aspiração do interesse coletivo.

**É possível abrir exceções, permitir fumódromos, por exemplo?**

Não há nenhum plano de alterar o texto da lei e o fumódromo está abolido. Esse é o grande diferencial em relação à lei federal de 1996. Está ultrapassada também pela convenção da Organização Mundial de Saúde (OMS), em vigor no Brasil desde 2006, em que cada país se obriga a tomar as medidas eficazes para restringir e impedir fumaça em ambientes fechados. A lei federal colide com o tratado. A paulista, cumpre.

**Em alguns países, é proibido fumar na rua, em praias. A lei pode ficar mais rígida em São Paulo?**

Eu acho que isso talvez seja um pouco exagerado. Aqui não temos a intenção de levar a restrição além do que está colocado. ::

# Condomínios: autorização judicial

☞ O acesso de fiscais da lei antifumo a condomínios residenciais sem mandado judicial poderá levar o Estado aos tribunais. De acordo com o advogado Luiz Raphael Vieira Angelo, especialista em direito ambiental e civil, o acesso de agentes do Estado a condomínios só pode ser feito com um mandado judicial. Ainda assim, diz ele, apenas durante o dia.

"A lei antifumo é ótima do ponto de vista ideológico, então todo mundo tenta 'salvá-la'. Mas sem ordem judicial, não pode entrar", diz Vieira Angelo.

Ele explica que o artigo 11 do artigo 5º da Constituição Federal define as quatro hipóteses quando pode-se entrar em domicílios sem mandado judicial: flagrante delito, desastre, calamidade pública ou para prestar socorro.

## 4

### hipóteses

previstas na lei dispensam mandado: flagrante, desastre, calamidade pública ou prestar socorro

Para Vieira Angelo, que é consultor jurídico da Lex Editora, especializada em direito, não há mecanismos legais para a lei ser modificada nesse sentido.

"No caso do condomínio, não tem o que fazer para aprimorar a

lei, porque (a restrição ao acesso) está garantida na Constituição."

Dessa forma, hipoteticamente o cigarro estaria liberado em salões de festa e no hall dos condomínios. O próprio secretário da Justiça, Luiz Antônio Marrey, reconhece que o acesso poderá ser contestado. Mas acredita que poucos condomínios farão isso.

A Secretaria Estadual da Saúde, à qual os agentes da Vigilância Sanitária são subordinados, discorda. Por nota, a pasta informou que o fiscal tem "autoridade de polícia administrativa" e pode pedir ajuda à polícia para entrar.

Embora polêmico, esse quesito ainda não foi questionado judicialmente, segundo especialistas. Para a advogada Ana Cláudia Pires, especialista em contencioso cível, o texto da lei é claro e confe-

re ao agente público o poder de entrar nos condomínios. "O artigo 5º da lei concede ao Procon e à Vigilância Sanitária o dever de fiscalização", diz Ana Cláudia.

Para ela, as contestações vão existir, mas não deverá haver muitas. "São situações atípicas. Se alguém que não fuma vir alguém fumando e fizer a denúncia, dificilmente haverá o flagrante."

No caso de empresas privadas que não estabelecem relação de consumo, Angelo afirma que, teoricamente, o agente da Vigilância ou do Procon não poderiam entrar também nesses locais.

Entretanto, como a lei tem o objetivo de trazer benefícios à saúde e ao meio ambiente, um fiscal do trabalho pode entrar e fazer a atuação caso a empresa não seja "livre do tabaco". :: **B.S.**

TIAGO QUEIROZ/AE - 02/09/2009



O secretário Luiz Antônio Marrey: sociedade paulista estava preparada para a lei de restrição ao cigarro

## A LEGISLAÇÃO

### ONDE ESTÁ PROIBIDO

» Shoppings e lojas;  
boates e casas de show;  
em áreas comuns dos  
condomínios, escolas,  
bibliotecas, museus,  
empresas, escritórios;  
cinema e teatro;  
táxis e ônibus

### ONDE ESTÁ LIBERADO

» Parques e praças;  
estádios de futebol;  
carros particulares,  
residências  
e vias públicas;  
penitenciárias  
e Febem;  
» cerimônias religiosas  
onde o tabaco  
faça parte  
do culto;  
» peças de teatro;  
» tabacaria, desde  
que seja destinada  
exclusivamente a este fim

### PARCIALMENTE PROIBIDO

» Hotéis,  
pousadas  
e motéis:  
só é permitido  
nos quartos  
» Bares e restaurantes:  
só é permitido  
em mesas na calçada